



Associação dos Docentes da UNESP

Ofício n.º 06/07

São Paulo, 15 de fevereiro de 2007.

Exmo Sr.

Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti

Secretário da Secretaria do Ensino Superior

Não tem sido muito comum a visita de representantes do Governador do Estado de São Paulo a este Conselho Universitário. Embora esta Universidade, juntamente com a USP e a UNICAMP venha se reunindo com o Governo, os resultados até aqui foram muito modestos, para dizer o mínimo. Gostaríamos de acreditar que a sua presença signifique uma mudança na resistência que têm oferecido os governos anteriores ao diálogo democrático e respeitoso que, acredito, temos a obrigação de estabelecer entre nós.

Isto posto, é preciso reafirmar que a comunidade universitária paulista recebeu com desconforto, preocupação, desapontamento e indignação o conjunto de medidas que foram tomadas no início deste governo que, a nosso ver, configuram uma intervenção sem precedentes que suprime, de maneira cabal, a autonomia Universitária.

Seguramente é do seu conhecimento que:

- 1) a estrutura do CRUESP foi modificada sem que os Reitores sequer tivessem conhecimento prévio das intenções do governo;
- 2) o vínculo entre a UNESP e o Centro Paula Souza foi desfeito sem discussão neste Conselho Universitário;
- 3) as contratações de docentes e funcionários foram suspensas unilateralmente pelo executivo;
- 4) parte dos recursos previstos na Lei Orçamentária de 2006 ainda não foi repassada para as Universidades;
- 5) há uma pressão política revestida de argumentos técnicos para que as Universidades “entrem” no SIAFEM, estabelecendo procedimentos que transferem o seu controle orçamentário para a Secretaria da Fazenda.

Assim, embora conste no texto dos diversos decretos a intenção explícita de não ferir a autonomia Universitária, o governo, de fato, se imiscuiu nos assuntos internos das três Universidades Públicas Paulistas.

A transparência dos atos administrativos e da movimentação financeira dos órgãos públicos constitui um dos pilares do estado democrático e do exercício da cidadania e, acreditamos, no entanto, que é sempre possível avançar, sem que se coloque em risco as conquistas obtidas pelas Universidades Públicas Paulistas (UPPs) que, sendo responsáveis por mais da metade da produção científica nacional, exercem um papel fundamental no desenvolvimento econômico do Estado e do País.

NÃO HÁ CIDADANIA PLENA SEM SERVIÇOS PÚBLICOS!

Nosso modelo atual de Universidade assentado no tripé ensino-pesquisa-extensão gerenciados com autonomia administrativa, de gestão financeira e acadêmica, se contrapõe às propostas de políticas públicas do Banco Mundial em cujo horizonte está o aprofundamento da dependência econômica dos países periféricos, mantendo-os científica e tecnologicamente incapazes de propor e seguir trajetórias que possam levá-los a um patamar de desenvolvimento satisfatório. A desvinculação do ensino tecnológico (leia-se CEETEPS) do ensino superior público, e do ensino fundamental e médio, representa, a nosso ver, uma adesão incondicional a modelos neoliberais de gerenciamento, um retrocesso contra o qual estamos dispostos a lutar, pois se assim não o fizermos, estaremos contribuindo para a destruição deste enorme patrimônio do povo do Estado de São Paulo que são as UPPs.

Neste sentido, sempre nos contrapomos às políticas educacionais dos últimos governos que visam à mudança do modelo de universidade, que tentam a todo custo e com poucas sutilezas, impor um novo projeto para o ensino público superior, pautado na captação de recursos no mercado, na priorização de pesquisas operacionais, centralização da gestão pelo executivo, exatamente no caminho oposto à trajetória das universidades, que vêm construindo ao longo de sua história a sua autonomia, com muita responsabilidade e compromisso social, ao contrário do que o governo pensa. Portanto, o Decreto nº. 51.461 representa uma intervenção declarada do Governo Serra, que não implica somente no enquadramento das universidades ao SIAFEM, mas na quebra de um padrão de gestão político-acadêmica resultado de muitos anos de trabalho da comunidade universitária.

Embora saibamos que é grande o déficit de vagas para os nossos jovens, muito nos preocupa a natureza do processo de expansão de vagas a que foram recentemente submetidas as UPPs. Os recursos definitivos para mantê-las não foram até agora devida e adequadamente repassados pelo governo que, à época, assegurou que viriam, situação esta que nos coloca permanentemente sob o risco de não podermos manter os cursos recém criados com a qualidade que têm os cursos que já existiam. Cremos que ninguém duvide de que um dos pressupostos fundamentais para uma expansão responsável é a vinculação permanente, ao orçamento do Estado, de recursos adequados para a sua realização plena, e isto ainda não está assegurado às UPPs.

Neste contexto, nossa luta permanente é mostrar aos sucessivos governos que o investimento em educação, ciência e tecnologia proporciona um retorno social, econômico e humano extraordinário, mas para que ele aconteça no ritmo adequado, é necessário que haja injeção de recursos e temos lutado por eles na Assembléia Legislativa obtendo êxito parcial. Nos últimos dois anos, o aumento dos recursos para as UPPs, CEETEPS e para a educação fundamental e média foi aprovado na Comissão de Finanças e Orçamento da ALESP, ratificadas pelo conjunto de deputados em Plenário mas, lamentavelmente, vetado pelo Governo Alckmin/Lembo, sendo o último veto com a indicação do governador Serra.

Concluindo Prof. Pinotti, solicitamos a Vossa Excelência que faça saber o Sr Governador da disposição desta Universidade para lutar pela revogação dos Decretos 51.460/07, 51.461/07 e 51.471/07, de modo que se restabeleça a autonomia Universitária da UNESP, da USP e da UNICAMP.

Milton Vieira do Prado Junior
Presidente da Adunesp S. Sindical